

ECONOMIA

“Petrobras não faz política partidária”

General Silva e Luna, demitido pelo presidente, defendeu sistema de preços da estatal durante seminário do Superior Tribunal Militar

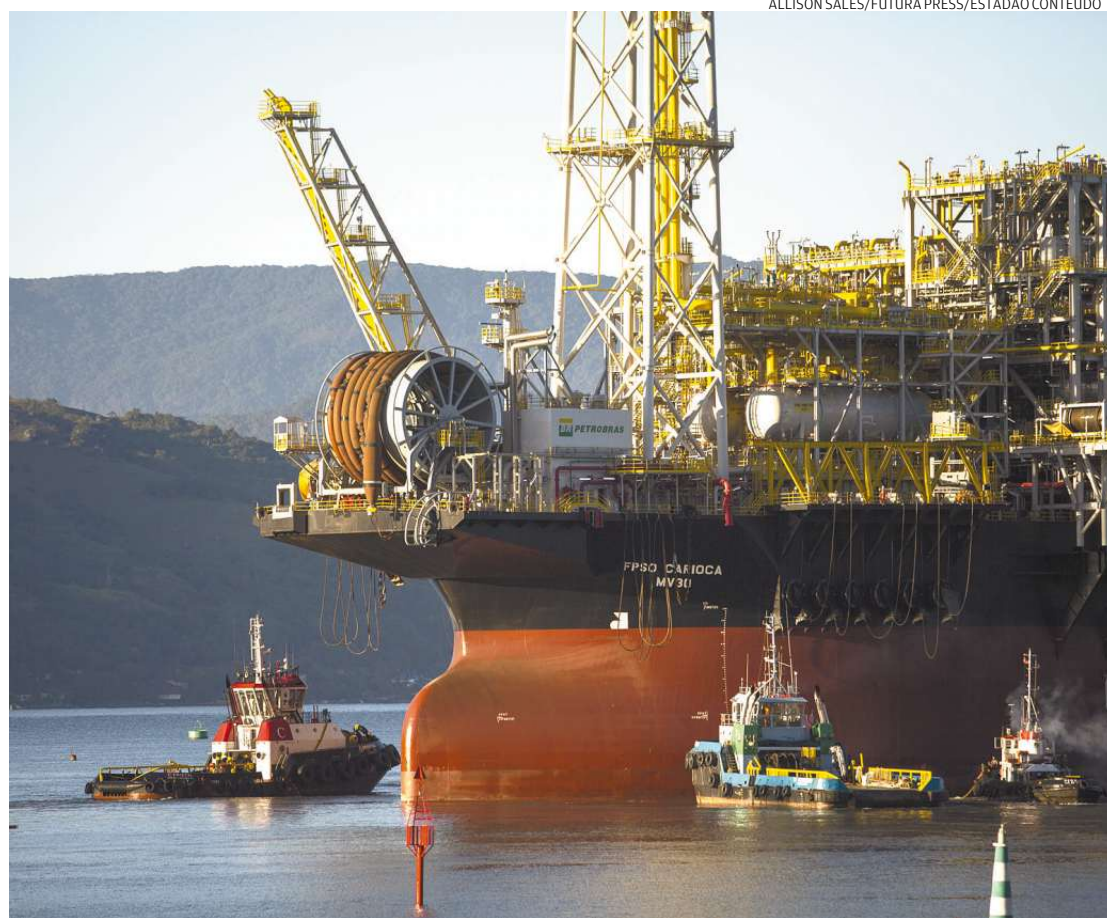
DO RIO E BRASÍLIA

O presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, que no dia 13 deixará o cargo após ter sido demitido pelo presidente Jair Bolsonaro, afirmou que a estatal, por lei, não pode fazer política pública com os preços dos combustíveis e “menos ainda” política partidária.

“Tem responsabilidade social? Tem. Pode fazer política pública? Não. Pode fazer política partidária? Menos ainda”, disse, ontem, em seminário no Superior Tribunal Militar, em resposta indireta a Bolsonaro, que nos últimos meses fez críticas públicas à política de preços da estatal.

Para Silva e Luna, o Brasil não pode correr riscos de tabelar preços de combustíveis. “Empresas que tabelaram combustíveis tiveram perda de capacidade de investimento”, disse. “Essa dívida monstra da Petrobras foi de tabelamento de preço”.

Segundo o executivo, passados 25 anos da abertura do setor de petróleo e gás natural, a Petrobras ainda tem dificuldade de explicar à sociedade que precisa operar como empresa privada,



ALLISON SALES/FUTURA PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

Sede da Petrobras no Rio: para Bolsonaro, estatal não sabe comunicar aumento de preços para a sociedade

já que compete com outras petroleiras. Por isso não pode fazer política pública nem partidária, o que, segundo ele, “tem gente que não entende”.

Ele ressaltou que as decisões na Petrobras não são monocráticas e são fiscalizadas por 21 órgãos de controle. “Decisões tomadas são coletivas, não há lugar para

aventureiros”, disse.

A falta de comunicação com a sociedade sobre o preço dos combustíveis teria sido um dos argumentos de Bolsonaro para a demissão

do militar na noite de segunda-feira.

Luna assumiu a presidência em abril passado, no lugar de Roberto Castello Branco, demitido pelo mes-

mo motivo. Para o lugar do militar foi indicado o economista Adriano Pires, também contrário à interferência do governo na estatal. (Estadão Conteúdo)